

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 096

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE AGOSTO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto

Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 422/99, que regulamenta no âmbito do Estado do Paraná a distribuição dos recursos do Salário Educação.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 383/99, que altera a redação da Lei nº 12556/99 e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 423/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazerem adaptações nos coletivos intermunicipais visando facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Presidência da Mesa Executiva desta Casa, seja estipulada data para a vinda do Secretário de Segurança Pública Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, a esta Casa, conforme convocação aprovada em junho de 1999.

O referido pedido justifica-se para que seja possível ouvir do Secretário as justificativas e explicações requeridas e aprovadas naquele expediente.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor José Maria de Melo Bertuci, falecido no último dia 12 de agosto, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Peterson Rasche, ocorrido tragicamente no dia 14 de agosto de 1999, no Distrito de Novo Sobradinho, no Município de Toledo.

Requer ainda, que seja oficiado à família enlutada, a decisão desta Casa, na pessoas de Ottmar Arnaldo Rasche, à Rua Independência, s/n, Novo Sobradinho - Toledo/PR, CEP 85925-000.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma comunidade inteira, consternada e triste, chora a morte do jovem Peterson Rasche, 25 anos, ocorrida tragicamente no dia 14 de agosto passado.

Um jovem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era de vida, de grande afetividade familiar, cujos pais, Ottmar Arnaldo e Cila Rasche, pioneiros no Distrito, de participação ativa no desenvolvimento social e econômico, têm todo nosso apoio e a Assembléia Legislativa se associa à sua dor e à dor de todo o povo de Toledo.

REQUERIMENTO Nº 1789-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família da Senhora Aparecida Sakiko Sakurada, mãe do ex-Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, falecida no último dia 16 de agosto, no citado município.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal Senhor João Francisco Scalco, com votos de congratulações, pela passagem do 7º aniversário do Município de Santa Lúcia, no próximo dia 01 de setembro do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, receba os cumprimentos toda a população de Santa Lúcia.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dinarte Tibes, morador de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, em 1960 veio do Sudoeste do Paraná, trazer em seu caminhão, os pertences de uma família em mudança para a localidade de Jacutinga. Através de informações, foi conhecer as terras na localidade de Santa Lúcia, gostou e acabou por trocar seu caminhão por uma área de 150 alqueires de terra.

Em 1961, Dinarte trouxe mais duas famílias de Campos Novos para ocupar as terras adquiridas. Nesta época, Orlando Luiz Zampronio, que era coletor em Capanema, comercializava madeira na região de Santa Lúcia e plantava palmito, onde havia derrubada de mata. Foi Zampronio quem deu nome ao local, em homenagem ao rio Santa Lúcia, existente na região. Santa Lúcia foi martirizada em Siracusa e é muito venerada.

Para a abertura da estrada que liga Santa Lúcia a Capitão Leônidas Marques, alguns moradores da localidade dividiram as despesas relativas à construção, foram eles: Orlando Luiz Zampronio, Vadislau Scharnoski, Dinarte Tibes, Olindo Parolin, Guilherme Laichter, Oscar Antunes e Adolfo Frische.

Quando Santa Lúcia deu seus primeiros passos, jamais poderia imaginar a privilegiada posição que hoje ostenta.

Assim, nada mais justo que prestar a Santa Lúcia o nosso reconhecimento a importante data que é 01 de setembro.

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente de votos de congratulações à Diretoria da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba e à Diretoria da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus do Estado do Paraná, pelo brilhante Culto de Ação de Graças, no dia 07/agosto do corrente ano, pela passagem dos 70 (setenta) anos de fundação da Igreja neste Estado.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. os meus elevados protestos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofícios ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A e aos Senhores Superintendentes do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal S/A, sugerindo a abertura de linha específica de financiamento para aquisição de mudas e sementes de coco e para equipamento destinado à irrigação desse cultivar.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O cultivo do coco no Noroeste paranaense, segundo dados oferecidos pela Associação Paranaense de Produtores de Coco, a ASPARCOCO, cobre hoje, cerca de 700 hectares esparramados em dezenas de municípios daquela região.

Isso significa 140.000 pés de coco assentados e que a partir do ano de 2002, estarão produzindo cerca de 15.000.000 de frutos que serão destinados à extração da água, ao aproveitamento industrial da polpa, além da transformação da fibra verde em ração bovina e da seca em artigos de artesanato.

Considere-se que o plantio de coco cresce a cada dia, atraindo mais e mais agricultores para a sua prática e a área plantada poderia ser bem mais significativa caso o cocoicultor tivesse possibilidade de acesso a financiamentos para a aquisição de mudas e implantação de sistema de irrigação, responsável por 70 por cento da precocidade de frutificação e aumento de produção.

Diversos estados interioranos, isto é, fora da faixa litorânea brasileira nordestina, contam com instituições financeiras - públicas ou privadas - que oferecem linha de crédito para a cocoicultura, como São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Minas Gerais, daí o motivo da apresentação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando medidas urgentes visando proporcionar à Delegacia de Polícia de Santa Helena, sob interdição judicial, condições estruturais e funcionais para a sua imediata reabertura e normal funcionamento.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(aa) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

No último dia 05 de agosto do corrente, o Meritíssimo Juiz da Comarca de Santa Helena, Dr. Celso Guisard Thaumarturgo, através da Portaria nº 07/99, decretou a interdição, por sessenta dias, podendo ser prorrogado tal prazo, da Delegacia de Polícia daquele município.

Considerou o respeitável Magistrado para baixar o Decreto, que a carceragem se encontrava impossibilitada de atender aos requisitos mínimos previstos na Lei de Execução Penal, por deficiência material, falta de pessoa, total insegurança e insalubridade, as repetidas fugas ocorridas, várias envolvendo presos de alta periculosidade, o que colocaria em risco a comunidade local, em face da localização da carceragem.

Diante da interdição, faz-se necessário que sejam tomadas urgentes medidas objetivando a que se melhor estructure as dependências daquela unidade, colocando-se também à disposição daquela Delegacia um maior número de funcionários, proporcionando assim condições a que possa retornar ao funcionamento normal, garantindo total segurança contra possíveis fugas de presos, e melhores condições de trabalho aos funcionários.

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Antonio Leonel Poloni, DD. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando que se proceda a um levantamento urgente das perdas de produtos agrícolas decorrentes das fortes geadas que atingiram recentemente as regiões oeste e sudoeste do Paraná, com o objetivo de avaliar as possibilidades de apoio para replantio dos mencionados produtos ou mesmo de nova safra.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os municípios que compõem as regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná, que sempre foram essencialmente agrícolas, estão já há algum tempo diversificando suas lavouras, inclusive com o incremento da fruticultura.

Como é do conhecimento público, grande parte do Estado foi assolada recentemente por baixíssima temperatura, e nas regiões oeste e sudoeste as geadas foram intensas, atingindo duramente as lavouras, de modo especial o feijão e as plantas frutíferas.

A grande maioria dos agricultores não tem condições de arcar com os prejuízos, fazendo-se necessário o apoio governamental, através da Secretaria da Agricultura, no sentido de viabilizar o replantio ou nova safra.

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de que determine a execução de serviços de recuperação de acostamentos, da pista de rolamento e de sinalização vertical e horizontal, das Rodovias PR-454 que liga a localidade de Granada a Astorga e PR-218, trecho Iguaraçu/Granada.

Solicitando ainda, obras de melhorias e sinalização do trevo de acesso à Munhoz de Mello na PR-218.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador José Françoso Neto, Câmara Municipal de Munhoz de Mello, Av. Pres. Vargas, 237 - CEP: 86.760-000.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informar o montante dos déficits financeiros do Estado nos termos dos Governos Álvaro Dias e Roberto Requião, bem como, o déficit do presente Governo.

Solicita também, o envio da relação dos vinte (20) maiores credores do Estado, especificando os respectivos valores.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Herwig, solicitando cópia da Proposta Comercial apresentada pelo consórcio vencedor da licitação de concessão do Lote 01 do Anel de Integração - ECONORTE - com as seguintes informações:

- Investimentos a serem realizados durante o período de concessão;
- Arrecadação bruta prevista;
- Custos operacionais;
- Edital de licitação;
- Contrato celebrado entre o Governo do Estado e o consórcio vencedor.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Herwig, solicitando cópia da Proposta Comercial apresentada pelo consórcio vencedor da licitação de concessão do Lote 02 do Anel de Integração - VIAPAR - com as seguintes informações:

- Investimentos a serem realizados durante o período de concessão;
- Arrecadação bruta prevista;
- Custos operacionais;
- Edital de licitação;
- Contrato celebrado entre o Governo do Estado e o consórcio vencedor.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Herwig, solicitando cópia da Proposta Comercial apresentada pelo consórcio vencedor da licitação de concessão do Lote 03 do Anel de Integração - Rodovia das Cataratas - com as seguintes informações:

- Investimentos a serem realizados durante o período de concessão;
- Arrecadação bruta prevista;
- Custos operacionais;
- Edital de licitação;
- Contrato celebrado entre o Governo do Estado e o consórcio vencedor.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Herwig, solicitando cópia da Proposta Comercial apresentada pelo consórcio vencedor da licitação de concessão do Lote 04 do Anel de Integração - Caminhos do Paraná - com as seguintes informações:

- Investimentos a serem realizados durante o período de concessão;
- Arrecadação bruta prevista;
- Custos operacionais;
- Edital de licitação;
- Contrato celebrado entre o Governo do Estado e o consórcio vencedor.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Herwig, solicitando cópia da Proposta Comercial apresentada pelo consórcio vencedor da licitação de concessão do Lote 06 do Anel de Integração - ECOVIA - com as seguintes informações:

- Investimentos a serem realizados durante o período de concessão;
- Arrecadação bruta prevista;
- Custos operacionais;
- Edital de licitação;
- Contrato celebrado entre o Governo do Estado e o consórcio vencedor.

Sala das Sessões, em 17.08.99.
(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, solicitando as seguintes informações e documentos, referentes ao processo de licitação para projeto e execução da reforma no Colégio Estadual Regente Feijó, no Município de Ponta Grossa:

1) Qual a modalidade de licitação adotada pelo Governo do Estado, referente a projeto e execução para a reforma do Colégio Estadual Regente Feijó;

2) Cópia do contrato realizado entre o Governo do Estado e a empresa escolhida, referente aos projetos elétrico, hidráulico, estrutural e arquitetônico, bem como à execução dos projetos de reforma.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 435/99**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o “Campus Universitário de Curitiba” como extensão das Universidades mantidas pelo Estado do Paraná que destinarão vagas e ou cursos nos termos desta lei.

Art. 2º - Ficam criados, inicialmente, os cursos de Direito, Psicologia, Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia e Pedagogia.

§ 1º - As Universidades mantidas pelo Estado do Paraná, exceto a UNIOESTE e a UNICENTRO, deverão elaborar num prazo de até 60 (sessenta) dias, projeto de extensão dos cursos indicados no *caput* do artigo, bem como plano de expansão em outras áreas necessárias ao desenvolvimento do Estado e da Sociedade Paranaense.

§ 2º - As Universidades Estaduais do Paraná ficam autorizadas a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba visando a implementação do contido nesta lei.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder o necessário remanejamento orçamentário para o cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender uma antiga aspiração da comunidade residente em Curitiba e na

Região Metropolitana: contar com uma universidade pública estadual de ensino gratuito.

É sabido que o Estado tem criado diversas instituições de Ensino Superior, e de excelente qualidade como benefícios para a população do interior. Tal preocupação orientou os constituintes estaduais que assim estabelece-ram:

“Art. 19 (ADT): ... O Estado dará apoio às Universidades públicas estaduais no sentido de descentralização de suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional ...”

Ora, a Capital do Estado e a Região Metropolitana contam com uma população superior à dois milhões de habitantes, sendo o maior centro populacional do Estado do Paraná. É natural que ou o Estado atenda esta população com uma nova unidade de ensino superior, ou, nos termos do Projeto de Lei em epígrafe, as Universidades Estaduais do Paraná instituem cursos superiores, na modalidade de extensão, na Cidade de Curitiba. Os benefícios de tal iniciativa são inúmeros e consolidará o desenvolvimento regional e estadual.

Observando a prática de criação de extensões, nota-se que já existem os seguintes “campus”: a) da UEM (em Cianorte, Goioerê, e em andamento nos Municípios de Cidade Gaúcha e Umuarama); b) da UEL (em Colorado, e em andamento no Município de Ivaiporã); c) UEPG (em São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Castro, Palmeira, União da Vitória, Jaguariaíva, Wenceslau Braz); d) da UNIOESTE (em Medianeira, Santa Helena, Palotina, Assis Chateaubriand, Guáira, Capitão Leônidas Marques, Guaraniaçu, além dos Campus de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão); e) UNICENTRO (em Guarapuava, Irati, Pitanga, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul).

Entretanto, dado o fato de que a UNICENTRO e a UNIOESTE se encontram em processo de consolidação regional, elas ficariam isentas, salvo direito de opção, de constituir em Curitiba os cursos de extensão e os projetos de “campus avançado” indicado no projeto de lei.

Trata-se, sem dúvida, de uma novidade, possível, porém, e tutela legalmente, em que Universidades distintas instituem sob o mesmo “pálio” (o Campus Universitário de Curitiba) cursos na modalidade de extensão. A Prefeitura de Curitiba e mesmo as da região metropolitana deveriam participar do projeto de implementação através de convênios estabelecidos entre as partes.

Os benefícios são inúmeros e as possibilidades administrativas e legais certamente atuarão como fator decisivo para a aprovação deste projeto de lei, vindo de encontro aos anseios dos jovens e das famílias de Curitiba e Região Metropolitana.

PROJETO DE LEI Nº 436/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 9.105, de 23 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A remuneração mensal do servidor civil ou militar, ativo ou inativo, e do pensionista da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo terá como limite máximo o valor da remuneração dos Deputados Estaduais.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Ao limitar na remuneração do Deputado Estadual o valor máximo a ser pago ao servidor público estadual, temos como objetivo colaborar com o Poder Executivo Estadual para a redução dos gastos com o funcionalismo estadual e, com isso, economizar recursos para que o Governo possa enfrentar a atual crise financeira, reflexo de uma grande recessão nacional.

Outro fato positivo do presente projeto é trazer ao conhecimento da sociedade paranaense que a remuneração do Deputado Estadual com assento nesta Assembleia Legislativa, que sempre honrou o mandato conferido pelos seus eleitores, se encontra num patamar bem abaixo de outras faixas salariais.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 437/99

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Shalon de Serviço Social, com sede e foro, no Município de Morretes, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Shalon de Serviço Social, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 03.05.98, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, da religião, de esporte e recreação, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrada sob nº 757 livro b-3, de Pessoas Jurídicas da Comarca de Morretes, e inscrita no CGC/MF sob nº 02.682.625/0001-06, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 438/99

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel, com sede e foro da Cidade de Mallet, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 12.03.86, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e recreação, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrada sob nº 046 livro M-A, de Registro civil de Pessoas Jurídicas e inscrita no CGC/MF sob nº 78.149.473/0001-42, estando em pleno funcionamento, cumprindo às suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte e do lazer, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 439/99

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Rubens Aparecido Gennaro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Rubens Aparecido Gennaro, nasceu em Martinópolis-SP, em 1957.

Ainda jovem trabalhou como ilustrador e cartunista em jornais de Ribeirão Preto-SP. Formado em Arquitetura pela Universidade Federal do Paraná, sempre concentrou suas atividades na área política e cultural, tendo atuado na coordenação de diversos encontros artísticos e culturais, bem como em consultoria na área de Marketing Político a candidatos a Deputado Estadual, Federal e Governador.

Na década de 80 começa produzir filmes de curta metragem, comerciais e vídeos institucionais.

A partir de 1990 dedicou-se de seu primeiro longa metragem, ORIUNDI, projetando o Paraná no cenário internacional, contando com a participação do ator Anthony Quinn, o referido filme deve estreiar em outubro de 1999. Atualmente, está produzindo a série Garibaldi *in América*, e o filme Cafundó.

Sem dúvida alguma, Gennaro vem contribuindo de forma significativa para a difusão da cultura em nosso país, inserindo o Estado do Paraná em um novo e amplo contexto cultural.

Pelo presente exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, o seu reconhecimento como Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 440/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Genésio Gabriel Gava, mais conhecido como "Tito Gava".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) NEIVO BERARDIN

PROJETO DE LEI Nº 441/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Barra de Superagui, com sede no Município de Guaraqueçaba e foro na Comarca de Antonina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os estatutos devidamente registrados sob nº 304, Livro A, página 49, em data de 27.03.1990 no Cartório de Registro de Títulos, Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Antonina-PR, e inscrita na CGC/MF sob nº 79.103.677/0001-05, a Associação dos Moradores da Barra de Superagui, é uma entidade que vem realizando ótimo trabalho em favor dos Moradores, partilhando os seus interesses em relação ao bem estar e a qualidade de vida do local onde moram e vivem, com todos entendendo que os problemas de cada um não se resolvem apenas no círculo familiar, e que o bem comum depende da participação de todos. Sendo portanto, merecedora da condição de Utilidade Pública, com a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 442/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Econômico, Social e pela Cidadania - COPERDOL, com sede e foro no Município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Desenvolvimento Econômico, Social e pela Cidadania, de Londrina, fundada em 29 de junho de 1992, é uma entidade de representação comunitária, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Londrina.

Tem como objetivo, promover a organização comunitária em níveis de representação de moradores, em âmbito regional, municipal e estadual, cujos compromissos são a defesa dos interesses imediatos e históricos da Associação Comunitária de Desenvolvimento, Econômico, Social, e pela Cidadania, de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Neivo Berardin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estou dando entrada hoje num projeto de lei que considero polêmico. Imaginem quantas reclamações teremos dos funcionários da COPEL, do Tribunal de Contas, do Poder

Executivo, da Polícia Civil, da Polícia Militar. O projeto limita o salário dos servidores públicos ao ganho dos Deputados Estaduais. Quer dizer: o Deputado ganha seis mil reais e um funcionário público não poderá ganhar mais do que ele. Se os Deputados eleitos, legitimamente votados, recebam o que recebem, não é possível que um servidor, muitas vezes prestando um serviço anônimo, receba quase o dobro.

Outro assunto que quero abordar aqui e já venha discutindo ao longo dos meus 4 mandatos, é a questão do monopólio no transporte coletivo no Estado do Paraná. O transporte coletivo do Paraná funciona de uma maneira vergonhosa. Se quisermos ir ao Norte do Paraná teremos que viajar com a Garcia. Se quisermos ir ao Oeste teremos que ir com a Sulamericana. Se quisermos ir ao litoral teremos que ir com a Graciosa. E o que é pior, esses contratos, essas concessões dadas pelo Poder Executivo estão praticamente 100% vencidas. O atual regulamento é arcaico, feito em 1950. Penso que teríamos que discutir aqui na Assembléia um novo regulamento para a questão do transporte intermunicipal do Estado do Paraná. Para que o Governo possa remover uma concorrência pública a fim de que essas linhas que detêm exclusividade possam deter concorrência. Por exemplo, se quisermos ir ao litoral e tivermos a Garcia concorrendo com a Graciosa é evidente que vamos diminuir o custo e aumentar a qualidade. Aconteceu isso na questão dos postos de gasolina. Hoje você pode encontrar três, quatro preços diferentes em vários postos de gasolina. Por quê? Porque a concorrência aumentou.

No transporte coletivo onde a nossa população viaja pelo Estado do Paraná está pagando uma passagem superfaturada, tem uma planilha de custo que não é discutida pela Assembléia Legislativa. Os Senhores Deputados, poucos, aqui, conhecem os componentes que compõem a planilha de custo do transporte coletivo e há um monopólio que todos sabemos que existe, no Estado do Paraná.

Norte do Paraná é a Garcia, oeste do Paraná é a Sulamericana, Ponta Grossa e Campos Gerais é a Princesa dos Campos, no litoral é Graciosa. Queremos ver esta discussão acontecer aqui na Assembléia, elaborar um novo plano para dar ao Governo a possibilidade de promover uma concorrência pública, a fim de melhorar e baixar os custos das passagens de ônibus do Estado do Paraná.

Este é o tema que queremos abordar mais vezes neste mandato, a fim de que possamos mudar esse plano e favorecer os nossos usuários de transporte coletivo do Estado do Paraná.

Nada contra a Garcia, nada contra a Graciosa, nada contra a Princesa dos Campos, nada contra as empresas que detêm este monopólio, mas sim a favor da livre concorrência, a favor da concorrência pública, para que ganhe a condição de explorar essas linhas aquelas empresas que tenham vontade e competência para servir melhor o nosso povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor Presidente e Senhores Deputados, no dia 03 próximo passado, fizemos um requerimento nesta casa pedindo informações à Secretaria de Ensino Superior e Tecnologia, sobre os repasses feitos às universidades e às faculdades isoladas do Estado do Paraná. Com base no termo de autonomia firmado e proclamado nos quatro cantos do Estado do Paraná pelo Governador, uma solução do ensino superior do Paraná.

Pedimos informações e quero aqui agradecer a presteza da Liderança do Governo, que o requerimento foi feito no dia 03 e, no dia 05, o Líder do Governo nos encaminha a resposta às nossas indagações. No entanto, a resposta dado pela Secretaria de Ensino Superior e Tecnologia, não responde às nossas perguntas como é useiro e vezeiro deste Governo, de sonegar informações, de não informar, e mostra-nos um quadro de dados que não reflete a realidade.

O termo de autonomia firmado com as universidades e com as faculdades isoladas prevê que o Governo do Estado tem que repassar mensalmente uma parcela equivalente à folha de pagamento dos servidores e mais o custeio das universidades e das faculdades isoladas.

Trago um exemplo claro da minha terra que é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, onde o Governo teria que repassar de abril a agosto, cerca de 115 mil reais, e o Governo repassou até agora, apenas 42 mil reais.

Pergunto a todos os nobres Pares, como ficam as nossas faculdades que não podem cobrar nem uma taxa, nenhuma mensalidade, não podem cobrar nada, uma vez que foi instituído o ensino gratuito do Estado do Paraná? E que este Governo disse a todos os cantos, em toda a imprensa nacional como modelo de autonomia, seria um modelo para as outras universidades deste País e no entanto, no segundo mês de vigência desse termo de autonomia, as nossas faculdades não têm os recursos necessários para fazer o seu custeio do material de expediente, de limpeza, do pagamento do telefone, da conta do xerox. Como podemos imaginar uma instituição de ensino superior deste País que não pode funcionar, ao menos, precariamente? Essa é a situação em que nos encontramos.

Coloco aqui mais uma vez, a necessidade urgente, premente, inadiável, da presença do Senhor Secretário da Fazenda do Estado do Paraná para prestar contas ao povo do Paraná, a esta Casa, dos atos deste governo que contrata obras e serviços, que compra serviços sem ter a previsão financeira suficiente para não dar o calote nos cidadãos deste Estado, que são os construtores e pequenos empresários do PROEM que não recebem são os que

alugam os seus imóveis ao Governo do Estado e estão com o aluguel atrasado há cerca de sete ou oito meses; são os servidores que não recebem ainda o seu terço de férias, são os empresários e empreiteiros que não receberam pelas suas obras, e no entanto esse Governo continua, como sempre, usando a mídia nacional para sofismar e iludir a opinião pública.

Fica aqui o nosso registro e o nosso apelo ao líder do Governo para que realmente as informações - quando forem solicitadas - venham corretamente. Se for para mandarem informações incompletas, não precisamos nos utilizar da nossa prerrogativa de parlamentar, neste Plenário. Fazemos diretamente à Secretaria e esperamos o tempo legal que a Secretaria tem para informar qualquer cidadão paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Estamos encaminhando a esta Casa, um Ofício endereçado ao Secretário da Agricultura do Estado e ao governo do Estado, pedindo um levantamento e providências a respeito das fortes geadas que se abateram sobre o nosso Estado do Paraná, mormente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Por que este ofício, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares? Pode parecer a esta Casa, apenas um ofício como tantos outros que apresentamos aqui. Existe toda uma preocupação regional e ao que parece, iremos ter uma séria preocupação estadual, em que o Sul do País e o Estado do Paraná foram tomados por uma onda de frio, das maiores dos últimos tempos ocasionando geadas bastante fortes nas regiões produtoras do nosso Estado. Falo pelo Oeste e Sudoeste do Paraná, falo de uma região que conheço. Sei de lavouras e lavouras de feijão que foram atingidas por essas geadas.

Tivemos problemas com trigo, temos problemas em que os próprios municípios estão procurando incentivar a diversificação da atividade da pequena propriedade partindo para o plantio de hortaliças, de frutas, e seguramente haveremos de ter desestímulo nestas atividades exatamente pela constatação da possibilidade que uma geada não prevista possa acabar prejudicando as nossas propriedades.

É de suma importância que neste instante a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná não veja apenas a geada derreter, o sol brilhar, sem perceber que no rastro dela vai ficar prejuízo, e, acima do prejuízo, desestímulo, se não tivermos a solidariedade constante e imediata do órgão responsável pela produção do nosso Estado que pode até não ter recursos para suplementar os prejuízos ou uma nova planta, mas, tem que ter a solidariedade para que o nosso pequeno produtor do Oeste e do Sudoeste do Paraná não se sinta desamparado, não se sinta

sem cobertura, sem alguém que esteja percebendo que após a passagem do frio sempre, para aqueles que produzem o grão no Estado do Paraná, sobre o prejuízo da safra.

Temos que ter, neste Estado, a visão muito clara que podemos um dia mudar o perfil do Paraná. Mas hoje, indiscutivelmente o perfil do Paraná é um perfil de pequena e média agricultura, de produção de grãos conseguimos manter até hoje inclusive, a espanto de muitos, a supremacia na colheita de grãos num Estado que não tem mais expansão de área para produzir.

Fica aqui, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, além deste requerimento encaminhado à Mesa para ser dirigido em nome desta Casa à Secretaria de Agricultura, mas fica aqui também um alerta para que possamos mostrar solidariedade. Lá no Sudoeste são plantas temporárias, aqui no Norte e na Região de Paranavaí, temos e sentimos a presença do Governo na tentativa de implementar o café adensado mas, se tivermos uma geada que venha a queimar estes cafezais e não dermos o incentivo, o apoio, a presença a este produtor, ele sentirá desestímulo.

Para encerrar, um outro assunto. Queria justificar um fato: No dia de ontem, presidindo a sessão, convidamos os Parlamentares para uma Sessão Solene que aconteceria hoje às cinco da tarde, de outorga do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao cantor e compositor Chico Buarque de Holanda. Queremos comunicar a Casa que no dia de ontem, atendendo solicitação da Mesa, do nosso Presidente, em razões de empecilhos que não vale a pena mencionar, entregamos este título junto com o Cerimonial desta Casa, ontem à noite, ao compositor Chico Buarque.

Assim a Sessão Solene de hoje não irá acontecer, e apenas espero a colaboração, apoio e entendimento dos companheiros para um projeto que pretendo entrar imediatamente nesta Casa: que títulos e honrarias instituídos oficialmente no Estado do Paraná e votadas e concedidas pela Assembléia Legislativa, só possam ser entregues aqui na Assembléia Legislativa em Plenário, em Sessão Especial, e, se eventualmente, por razões justificáveis, tiver que ser entregue fora daqui, que seja apenas e após a autorização da Executiva da Casa, desde que garantido que esta honraria será entregue fora do recinto, mas revestido da solenidade que o ato merece. Caso contrário estaremos diminuindo a importância de ser Cidadão Honorário do Estado do Paraná, uma importância que acho grande demais para ser entregue fora daqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente Nelson Justus, Senhores Deputados estivemos ontem à tarde participando de uma reunião convocada pelo Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados,

Deputado Aloísio Mercadante, uma reunião, um grupo de trabalho que trata das férias repartidas, que tem como coordenador, este grupo de trabalho, o Deputado paranaense, este grupo de trabalho, o Deputado paranaense, Rubens Bueno.

Passamos às mãos dos Senhores Parlamentares um documento da Comissão de Indústria e Comércio da Câmara Federal em que dá uma pequena exposição do que é, do que trata essas férias repartidas, que é nada mais do que pegar os mesmos dias de férias, acoplar os finais de semana aos feriados e fazer com que tenhamos ao longo do ano férias de 9 até 12 dias consecutivos, desconcentrando um pouco as férias que acontecem em janeiro e dezembro, e com isto nós teríamos um aumento, segundo informações da comissão, do relato que tenho em mãos, um aumento do turismo interno, sem prejuízo dos duzentos dias letivos no ano, sem prejuízo também do processo didático pedagógico.

Deveremos mais tarde voltar ao tema, após evidentemente o aprofundamento de cada um dos Senhores e quem quiser já se aprofundar temos um relatório já proferido junto à Comissão ao Grupo de trabalho de férias repartidas que está em minhas mãos na Comissão de Educação à disposição dos Senhores Parlamentares.

Mas, efetivamente, o que me traz a esta tribuna, Senhor Presidente, são duas denúncias que considero graves para o Estado do Paraná com relação à Educação, na medida em que a própria Secretaria está patrocinando vários tipos e modalidades de ensino supletivo e que passou, segundo as denúncias levantadas, a serem meras fábricas de diplomas.

No Estado do Paraná é possível, infelizmente, um estudante concluir o 1º grau em 78 horas e o ensino médio em 45 dias, para receber pelo menos certificado.

A primeira denúncia está aqui assinada pelo professor Sérgio Gonçalves Lima, do Sindicato dos Professores do Paraná, que fala dos Centros de Educação Aberta e Continuada à Distância, os CEADS, também conhecidos como Centro de Estudos Supletivos, CES, sobre a obtenção de diplomas de 1º e 2 Graus. Os Centros pertencem à rede estadual de ensino. Segundo o Presidente, para se conseguir o certificado, o aluno precisa se matricular em um dos CEADS, fazer um trabalho e acertar cerca de 30% das provas de cada disciplina.

Esta diretriz transforma em sucata o que restou do ensino, afirma Sérgio Lima.

Também o Jornal Gazeta do Povo de ontem, segunda-feira, de certa forma eu vejo com uma novidade esse jornal no sentido que faz uma reportagem, um jornalismo investigativo em que a repórter ou o repórter, com documentos falsos se inscreve como aluno e tem certificação do ensino médio pronto para o vestibular em apenas 45 dias, sob os auspícios da Secretaria de Estado da Educação.

Na página 4 do suplemento local mostra claramente toda a forma como é feito no Estado do Paraná, é nós já vínhamos denunciando que o Estado do Paraná, o processo

educativo do Estado do Paraná está acontecendo o que? Existe uma supletivização do ensino, primeiro correção de fluxo, 68% dos alunos que estavam na quinta série, em menos de um ano passaram para a 8ª série, evidentemente que esses alunos não estão habilitados para isso, não têm o conhecimento suficiente, apenas são certificados.

Também em todos os rincões do Paraná foram colocados ensinos supletivos em que em algumas disciplinas nem provas são feitas e em outras o preenchimento do gabarito é auxiliado pelos professores, como comprova a reportagem e os alunos estão sendo certificados sem o mínimo conhecimento exigido para habilitar-se no ensino médio ou no ensino fundamental, conforme orienta o currículo Nacional.

Falei para a Secretária de Educação, Senhora Alcione Saliba, que ela faria um grande bem ao Estado do Paraná se sugerisse ao Governador Jaime Lerner decretar, extinguindo a correção de fluxo, também colocar por decreto, se for o caso, que o ensino supletivo é um ensino em extinção, em três ou quatro anos extinguir o ensino supletivo, porque ao contrário do que vem acontecendo, estão trocando, hoje é mais fácil o aluno abandonar a escola, entrar no CEAD, com quinze anos de idade ter o ensino fundamental do que ficar efetivamente quatro anos na sala de aula, hoje é mais fácil.

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Colombo, Vossa Excelência fez a leitura de uma reportagem da Gazeta do Povo aonde traz esse problema, mas mesmo a Gazeta do Povo de hoje já traz o posicionamento e o esclarecimento da Secretária da Educação aonde ela está dizendo que está tomando todas as providências e aonde foi decretado, qualquer problema na questão do ensino supletivo serão tomado as providências.

É importante que se ressalte isso, porque essa foi a posição da Secretaria de Educação no dia de ontem.

O SR. IRINEU COLOMBO

A posição da Secretária evidentemente merece o nosso respeito. Mas nós queremos medidas efetivas, Deputado. O que vem acontecendo no interior do Paraná?

Um professor é liberado pela Secretaria de Educação para implementar o ensino supletivo, esse professor sai fora da sala de aula, recebe algumas gratificações por isso, passa a compor turmas, e quanto mais turma ele tem mais outros professores são agregados ao processo em consultas, para ver conteúdo, etc, e os professores passam a estimular até abandonar a educação regular presencial, para entrar na sua turma.

Com isso ele tem efetivamente no final do ano: eu tenho 500 alunos aprovados nesse bairro.

Ele apresenta esses números. Esses números apresentam o número de certificados existentes.

Infelizmente, o governo do Estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni, entrou numa lógica de obedecer ao Banco Mundial e apresentar a ele apenas os dados oficiais de aprovação e de rendimento.

Pedagogicamente a correção de fluxos e o ensino supletivo estão corretos. A forma tão banal, que se implementa, aligeirada, tão desprovida de critérios metodológicos, é que faz com que tenhamos no Paraná - acho um dos Estados que têm mais certificados, sem efetivamente demonstrar, que os alunos estão aptos ou qualificados com aquele nível de aprendizagem.

Isso está acontecendo. É uma vergonha para nós, ter que apresentar ao banco Mundial, apenas para receber recursos, números que mostram, por exemplo, que não existe mais repetência na 5.^a série, na 8.^a série, porque a correção de curso estabelecido na LDB. A aceleração de aprendizagem é uma recurso estabelecido na LDB. A aceleração de aprendizagem não é correção de fluxo que o Estado do Paraná implementou. Ela pressupõe professores especializados, turmas especiais, material didático à altura, com esforço concentrado, até aula integral, para que um aluno que tem 14 anos de idade, está na 5.^a série, passa a 6.^a ou a 7.^a série, um pouco mais rapidamente.

Mas não é dar o certificado a ele e colocá-lo para fora da escola.

É o que está acontecendo no Estado do Paraná.

Nós, aqui, sugerimos e como professor que sou, educador, presidente da Comissão de Educação, parlamentar preocupado com a situação do Paraná, que o Governo faria um grande bem se colocasse o ensino supletivo em regime de extinção, ampliando as vagas do ensino fundamental e médio, pagando os empreiteiros, ampliando as escolas sejam absolutamente atraentes para nossos alunos e que dê em um ensino de qualidade. Não basta certificar. Nós temos que educar o nosso povo, o nosso trabalhador paranaense.

Precisamos de educação e não de certificados.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Brasil, hoje, não é o Brasil de ontem. Na Capital Federal do nosso País, irmanados no pequeno, médio e grande agricultor, se faz presente, reclamando os seus direitos e expondo à Nação brasileira aquilo que todo povo enxerga e o governo faz de conta que não vê.

O pequeno agricultor, quando vai ao banco, seja ele estatal ou particular e, ali, consegue através do crédito rural a aquisição de um maquinário para a sua pequena propriedade, empenha não só o que possui de bem material, mas como também todo o futuro da sua família.

E assim foi, que o pequeno agricultor, estimulado pelo governo mentiroso do Brasil, dizendo que a agricul-

tura seria a propriedade do governo nacional, foi ao banco e comprou trator. financiou trator em cinco anos, já pagou dois tratores e está devendo na conta pendente do banco o Brasil três tratores.

Esse é o pequeno agricultor.

O médio agricultor, através do Jornal Nacional, ontem, expõe a toda a Nação, que havia esse cidadão do Mato Grosso do Sul, indo ao Banco do Brasil, feito um empréstimo de 800 mil reais.

Já teve através de documentos pagos ao banco do Brasil, um milhão e setecentos mil reais e está devendo dois milhões e trezentos mil reais.

É um absurdo a indexação feita nos empréstimos agrícolas desta Nação, necessário é, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que do Rio Grande do Sul, do outro extremo do nosso continente que é o Brasil, se juntassem todas as lideranças, pequenos, médios e grandes agricultores e fizesse uma marcha à Brasília e lá estão eles pressionando o Governo Federal, para que realmente caia na razão, deixe aquela "ilha da fantasia" que é o Palácio do Planalto e caia na realidade da agricultura nacional.

Mas nós, Senhor Presidente, vimos aqui, além disso, para cumprimentar, que é só no Brasil que acontece um extremo chamado Ronaldo Caiado, ontem chefe da UDR, hoje Deputado Federal. Ao seu lado esquerdo, Luiz Inácio Lula da Silva, antagônicos em tudo, diferentes em qualquer sentido. E agora, vejam a plenária, ontem e hoje, estão irmanados no mesmo sentido. E o Lula deu uma declaração, que está ao lado desse protesto, fazendo com que realmente o que era impossível ontem, se some no dia de hoje, pela inoperância do Governo Federal nessa nação.

E nós aqui do Paraná, Senhor Presidente, mais um fato, o Partido de Sua Excelência o Presidente da República, quando estava ganhando o jogo com o Plano Real, os cartolas do Paraná do PSDB, iam no vestiário do time, iam na torcida do time e aplaudiam. Hoje, quando o time está perdendo o vestiário está vazio e os cartolas fugiram. Ninguém mais é do Governo Federal, parece que pertencem ao mesmo Partido, mas não são realmente da mesma família. Não entendo!

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que esses dois fatos, Lula e Ronaldo Caiado e o Paraná diferente a nível nacional.

O Sr. Augustinho Zucchi

Realmente gostaria de me somar às palavras de Vossa Excelência, no que tange à situação vivida na agricultura nacional. Eu, particularmente, confesso aqui em público: não votei nenhuma vez ao Presidente Fernando Henrique, mas não vem ao caso essa discussão.

Acho que a agricultura passa por um descaso grande. E as dívidas quer Vossa Excelência faz alusão, elas têm sentido na mudança da URV para moeda real vigente no Brasil, quando os produtores agrícolas baixarem seu preço e os juros realmente abusivos e altos levaram a dívida a um total que é impossível de se pagar.

E a nossa solidariedade expressa aos nossos agricultores, porque não é anistia como se fala da dívida dos agricultores, não é. É o cálculo justo correto, inequívoco de quem comprou realmente um implemento agrícola, uma máquina ou fez um financiamento de custeio e hoje não consegue mais pagar, tamanha a correção colocada na conta gráfica, sem que houvesse absolutamente o acompanhamento do preço. E, ao contrário disso, os insumos num país que não temos aí a inflação da forma que tínhamos, corrigidos só de um ano para cá, em cerca de 42% em média.

Então, a agricultura, que é o setor que mais gera empregos e renda no Brasil na atualidade, não tem como sobreviver a essa situação. Independente da posição política do Caiado ou do Lula, a agricultura é uma questão de segurança nacional. Deve unir todas as forças, inclusive do próprio Partido do Presidente.

Com relação ao outro ponto que Vossa Excelência coloca, sem entrar em polêmica, na verdade, mesmo pertencendo ao Partido do Presidente, quando me filiei disse publicamente que não somos obrigados a concordar com tudo que o Senhor Presidente faz. Seria lamentável para o País que uma corrente política que detém a supremacia política do País hoje, ocupando o cargo da Presidência da República se as pessoas não tivessem posição contrária à do Presidente. Se Vossa Excelência se refere a algumas lideranças que nesse momento não concordam com a posição do Presidente, tenho certeza que houve um clamor da população e tem a obrigação como tal de ouvir o que a população está pensando e repassar ao Presidente.

Quem sabe tenhamos o apoio que Vossa Excelência pede e a agricultura que queremos. Aliás, o Presidente teve a oportunidade de fazer a redenção da agricultura nacional. Não o fez. E para nossa infelicidade o nome citado era aqui do Paraná e fazia parte do PSDB. Lamentavelmente não podemos dar o apoio que o Presidente gostaria de ter de todos os seus companheiros.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Quero cumprimentar essa postura do Deputado Augustinho Zucchi e alguns dos seus companheiros com referência à posição, a nível nacional e a nível de Estado, essa incompetência do gerenciamento da administração pública da nossa Nação com referência à nossa agricultura.

Tenho certeza que o Paraná não perdeu; quem perdeu foi a Nação. Quando este Presidente, demonstrando a sua incapacidade gerencial, escolhe um ex-ministro de outra época, sem afinidade nenhuma, sem identificação alguma, totalmente alheio à agricultura nacional e coloca um Pratini de Moraes de volta ao ministério, dando mostra a este País que realmente ele não quer acertar.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Quero me somar a Vossa Excelência com relação aos problemas da nossa agricultura. Não são de hoje.

Temos um agravo maior, nos últimos vinte e cinco anos, é um período em que as cotações agrícolas, a nível internacional, estão mais baixas.

Reconheço, enquanto Líder do PSDB nesta Casa, as dificuldades do Partido. Reconheço também as dificuldades da administração nacional do PSDB. Hoje os vestiários do PSDB estão vazios e aqueles oportunistas de ontem e que falaram em nome do Partido quando o Plano Real tinha a sua ascendência, hoje não estão mais. Posso lhe dizer mais, o Senador Osmar Dias saiu do PSDB, porque discordou das posturas do Governo Federal, e voltou porque entendeu que tinha contribuição a dar ao partido e à Nação. Igualmente a postura dada e afirmada pela executiva do PSDB, porque não estamos surdos nem mudos aos problemas que hoje enfrenta a sociedade brasileira.

Estamos sincronizados com a sociedade, com a geração de empregos, dos altos custos dos juros e precisamos de uma retomada do processo de desenvolvimento econômico.

Entendemos que não estamos sendo oportunistas, mas sim, oferecendo oportunidade ao Governo para que ele retome esta vertente da administração nacional.

Podemos dizer mais, um dos maiores líderes do PSDB, Governador Mário Covas, não tem poupado para mostrar os erros. Para mostrar que precisamos realinhar a administração federal com o desenvolvimento, com a geração de emprego, e com criação de novas oportunidades.

Por isso, reconheço em vosso pronunciamento assertiva em relação à agricultura, mas não posso aceitar dizer que hoje, os companheiros do PSDB do Paraná, estão debandando, por que o Fernando Henrique Cardoso está em descendência em sua pesquisa. Não fazemos isso, em função e com os olhos na pesquisa, porque eu creio que ainda há tempo de recuperar, porque tem apenas oito meses de administração. Mas, estamos sim, mostrando que o Partido é vivo, que o Partido não aceita ser calado, ser mudo e acompanhar simplesmente as decisões do Antonio Carlos Magalhães que tem tomado em nome da Nação.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do Deputado José Maria Ferreira, mas não dissemos, a expressão por ele usada, que estaríamos debandando. Disso tão somente que hoje, a posição do PSDB do Paraná, através da imprensa e, hoje, transcrita em órgãos de credibilidade estadual, nacional e até internacional, dão mostra realmente daquilo que diversos companheiros desta Casa, e diversos segmentos da sociedade paranaense apontavam o que a posição não era correta do Governo Federal. Hoje, realmente, nessa somatória da insatisfação, vemos companheiros do mesmo partido e até de outros Estados, como citado pelo

ilustre deputado, o Governador Mario Covas, que também não concorda.

Mas, só lembro o ilustre Deputado que o Fernando Henrique Cardoso, não está lá oito meses no Governo, esta sim há 4 anos e oito meses fazendo um desgoverno a esta Nação, entregando a economia nacional a estrangeiros, vendendo patrimônio nosso, da Nação, fazendo qualquer realmente a linha que hoje adota o PSDB do Paraná, vai se somar com a Nação brasileira para realmente seguirmos no rumo ou ele sai ou entra dentro da linha da família.

Concedo aparte pela inscrição para o Deputado Nereu Moura.

O Sr. Neivo Beraldin

Quero ser muito breve, para dizer a Vossa Excelência, o seguinte: o nosso Presidente está engessado pelo PFL, pelo PMDB, pelo PTB, infelizmente. É o Platino de Moraes que pertence ao PPB, o PMDB participa, com a grande fatia da administração do Governo Federal e o PFL está com a batuta na mão. Então eu acho que o nosso Presidente está engessado. Quero cumprimentar os Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias quando tomam esta atitude, que é lógica é evidente.

Deputado Zuk, Vossa Excelência sabe que no Paraná o interlocutor do Governo Federal é o Governador Jaime Lerner e é o Ministro Rafael Greca, do PFL, é evidente que o Senador Álvaro Dias e o Senador Osmar Dias quando constatam que não são os interlocutores do Governo Federal e, inteligentes que são, que sabem ouvir as ruas, o clamor das ruas, diz isso:- “O Governo está mal”. Está mal, por quê? Porque está engessado. Eles como Parlamentares, como defensores da Nação, como representantes do Paraná, evidentemente não poderiam tomar outra atitude, se não a de independência.

O Sr. Ademar Traiano

Sr. Presidente, como o tema é realmente palpitante e envolvente concedo o horário do PTB ao nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Concedo o aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Quero agradecer o aparte e estou sentindo que mesmo aqueles que estão querendo fazer a defesa “partidária” não conseguem esconder o grau de insatisfação que hoje toda a sociedade brasileira está sentindo.

Estou chegando de Londrina, a capital do Norte, e as geadas deste final de semana acabaram tirando o resto de alento de uma boa parte e em especial do pequeno agricultor, em função inclusive desta política nefasta, para não dizer nojenta, implantada na agricultura brasileira pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Lamentavelmente, ficamos aqui nos perdendo em debates de idéias, se pessoas são boas ou não, e em espe-

cial este Deputado, não trabalha desta forma no sentido de falar se Osmar Dias é bom, se Álvaro Dias deixou de ser, ou aquele que está ligado ao partido. Tem muita gente séria e muito malandro comandando a política agrícola do País. O que o Brasil precisa é tomar vergonha na cara e ter uma política definida para a agricultura, porque quando aperta o calo dos banqueiros o Governo federal já gastou 40 bilhões para salvar banqueiro ladrão, safado, e aí entra o PFL junto na ajuda como fez o Sr. Antônio Carlos Magalhães. A hipocrisia implantada hoje para criar um imposto ou alguma coisa que tente salvar os menos favorecidos, os chamados descamisados, quer nos parecer que é emergente mas vem numa hora em que temos que ficar desconfiados porque quando a esmola é demais o santo desconfia.

Quero fazer coro com seu pronunciamento e dizer que venho de uma região eminentemente agrícola, de uma terra abençoada por Deus que é a terra de todo o Estado do Paraná. Nós que somos um Estado eminentemente agrícola vimos e temos que assistir as cenas ridículas da má administração de pessoas que têm má intenção com relação à nossa agricultura quando é para dar dinheiro para salvar banqueiro o governo se desmancha, privilegia e quando chega na hora da agricultura, acontece o que aconteceu.

Então, quero dizer em especial à Região Sul, nós do Paraná que somos produtores, com esta geada que deu agora e com esta inércia e com a impopularidade do Governo Fernando Henrique Cardoso, corre o risco do Brasil ir à bancarota porque a agricultura ainda é o grande celeiro para salvar este País e inclusive abastecer o mundo.

Quero cumprimentar V.Exa. pela coragem e dizer tomara que as pesquisas que estamos vendo hoje nos jornais da impopularidade deste desgoverno do Sr. Fernando Henrique Cardoso aliado com o clima aqui do Sul e com as geadas que tivemos, seja um ponto para fazer com que estes entreguistas acabem governando o País em especial para categorias e entre elas a agricultura que é o grande celeiro que vai colaborar para tentar tirar o País da bancarrota.

Parabéns a V.Exa. tem que sair do Paraná e não adianta citar nomes nem siglas, adianta sim, é lembrar que o Governo está lá há quase cinco anos e a situação está ficando insustentável. E, a voz do povo é a voz de Deus, e o Sr. Fernando Henrique Cardoso que se cuide porque a voz do povo está soprando no ouvido dele o descontentamento total como esta pesquisa mostra.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, faço uma reflexão sobre os pronunciamentos de hoje e digo a V.Exa. que o meu comportamento político é totalmente contrário ao comportamento que está acontecendo neste momento no Paraná.

Hoje, governamos o Paraná com muita dificuldade. Dificuldades financeiras devido a toda esta situação que vivemos nacionalmente. Tenho, na pessoa do Presi-

dente Fernando Henrique o mais alto conceito. É uma pessoa preparada para ser Presidente, um homem culto, um homem que jamais se pode levantar algo sobre sua honestidade e esta é a carência do político brasileiro e o Presidente Fernando Henrique tem de sobra.

Aqui no Paraná passamos por dificuldades, mas acredito que o verdadeiro companheiro do Presidente Fernando Henrique ou do Brasil, ou aqueles que estão na fileira de governar este País, o papel não é se queixar por jornal, por meios de comunicação porque temos que comprar chupetas para que parem de chorar. O papel do verdadeiro aliado, do verdadeiro companheiro do Presidente Fernando Henrique Cardoso se eu fosse Senador da República pelo PSDB, certamente seria uma conversa como sempre tenho com o Governador Jaime Lerner. Não pensem Vossas Excelências que em todos os momentos eu concordo com o Governador. Mas como verdadeiro aliado e fiel ao exército da Liderança do Governador Jaime Lerner, vou ao Governador e coloco o meu descontentamento, a minha posição, a minha contrariedade, porque é desta forma que tem que se comportar um companheiro, porque servi-me deste exército para me eleger Deputado e muitos se servem do exército no momento que ele é vitorioso e no momento que está em dificuldade fogem da trincheira.

Eu, sinceramente, tenho uma posição totalmente avessa. Concordo com o seu pronunciamento porque o seu partido tem uma posição de oposição ao Governo Federal. Vossa Excelência tem todas as condições e o dever de subir a esta tribuna e fazer aqui, deixar aqui o seu posicionamento de descontentamento. Também poderia me somar aqui aos discursos de descontentamento e conhecedor da real situação que vive o país, mas vocês não tenham dúvidas, as pessoas que querem fazer política com facilidade e viver sempre momentos, e lembramos muito bem há um ano e meio atrás, um ano e pouco, não estou bem dentro do tempo, mas acredito que um ano e meio atrás todos queriam pegar a bandeira do Fernando Henrique, brigavam pelos meios de comunicação para dizer quem tinha falado com Fernando Henrique.

Quero dizer a Vossa Excelência que sou do PTB e não sou do PTB que diz neste momento que é contra o Governo Fernando Henrique, sou do PTB que é favorável do Fernando Henrique, ao Governo Fernando Henrique, porque tenho certeza que o país, apesar das dificuldades em que precisamos tomar atitudes drásticas, das dificuldades que passa o povo brasileiro, sem sombra de dúvidas o país hoje está nas mãos de um Presidente da República que merece o nosso respeito. O que precisamos, sim, é fazer uma reflexão, nós, políticos, que mudamos como muda o vento, como mudam as nuvens, porque são oportunistas e não sou desse tipo de político.

Por isso quero dizer que discordo de Vossa Excelência, daqui há dois anos os mesmos companheiros da trincheira do Presidente Fernando Henrique que ati-

ram pedra, vão querer estar abraçados com Fernando Henrique para ganhar as eleições para Governador, para Senador, para Deputados, porque vai ser melhor ganhar as eleições com Fernando Henrique, porque certamente ele está no caminho certo, apesar das dificuldades momentâneas que ele passa neste momento.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa encarece a Vossa Excelência que conclua a sua exposição, por gentileza.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, cedemos o Horário do PFL.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço ao Líder do PFL e antes de conceder o aparte, queria ilustrar à Mesa Executiva que o nosso Horário das Lideranças não é os cinco minutos do Pequeno Expediente, e sim um horário mais abrangente, que sempre a Mesa nos dá.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É que Vossa Excelência está há vinte e três minutos na tribuna.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Queria dizer que esta Casa realmente é democrática e aqui cada um faz o seu pensamento, a sua posição, às vezes pessoal ou partidária e o ilustre Líder do Governo tenha a certeza absoluta que de acordo com o que vai indo o governo, o Senhor Fernando Henrique Cardoso não vai ficar por dois anos na Presidência da República. Ele vai tomar outro rumo, porque na Presidência da República queremos ter um brasileiro que olhe pela família do Brasil e cuide do patrimônio que é do povo que construiu.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, nobre Deputado, e a questão da agricultura do Brasil vive um momento muito delicado, um momento em que vimos a imprensa nacional, a imprensa estadual divulgar uma super safra que se teve no ano que passou, onde a desvalorização do dólar veio a trazer para o campo mais recursos, veio trazer para o produtor uma maior renda.

Vou lhe dar um exemplo, Deputado: no ano passado, o produtor rural vendeu o seu feijão por até 120 reais a saca, este ano vemos o produtor rural vendendo o feijão de 20 a 30 reais a saca. O preço do soja, que é um preço internacional, que é dirigido e apontado por bolsas internacionais, e daonde o preço médio do soja nos últimos anos, nos últimos dez anos, gera em torno de 12 dólares a saca, hoje o produtor rural está conseguindo comercializar por 8 dólares a saca.

O que vemos através desse movimento aonde produtores do Brasil inteiro vão a Brasília reivindicar? Reivindicar que os seus financiamentos da compra do trator, da compra do adubo, da compra do arado, da compra da semente, possam ser renegociados, porque eles não conseguem mais pagar. E digo mais: lá no Plano Collor foi cobrado dos produtores rurais do Brasil 80% de correção, e o que estão pedindo os produtores rurais hoje é para que a metade daquela correção que foi cobrada, seja de certa forma pelo Governo prorrogada por um prazo de até vinte anos, tendo quatro anos de carência, prorrogada de uma forma tal que possam os produtores pagar, porque a partir da hora que se inviabilizar o produtor rural, o pequeno, o médio e até mesmo o grande produtor, o que vai acontecer?

Vamos ver o produtor rural, aquele que produz no campo, aquele que mora no campo com a sua família, se desfazer da propriedade, vamos ver o banco tomar a sua propriedade. E isso acontecendo - pode ter certeza - vai ficar ainda maior o cordão e a corrente e as pessoas que fazem parte daqueles sem-terras, aqueles que fazem parte do movimento sem-terra, que reivindica terra e para que possam voltar a ele e nela produzir e sustentar a sua família.

Então, é justo o que os produtores rurais do Brasil estão fazendo em Brasília, eles estão reivindicando, estão pedindo uma renegociação da sua dívida por mais vários anos, não estão deixando de pagar, estão querendo pagar o juro, sim, um juro barato para que possam eles ter condições de saldar quando vencer. E o que posso lhe dizer, e espero, é o que o Ministro da Agricultura, também o Ministro da Fazenda, e principalmente o Presidente, possam olhar com atenção essa questão, porque quando foi analisado o problema dos bancos o Governo cedeu e liberou recursos, assumindo dívidas dos bancos e automaticamente viabilizando o sistema financeiro nacional, custou muito dinheiro para o Brasil e o produtor rural, agora espero que as autoridades de Brasília recebam, analisem e façam uma renegociação de todas essas dívidas para não termos aí mais sem-terras querendo a sua terra.

E o Deputado que citou aí a questão do engessamento, que o Presidente está engessado por representantes do PFL, quero deixar bem claro, sempre que falta autoridades, sempre que se tem necessidade de um braço forte, de pessoas firmes para votar e aprovar aquilo que é importante para o Brasil o PFL é chamado. E nesse momento novamente, o Presidente da República chamou o PFL e o PFL está fazendo o papel de um partido político unido e forte, dando a sustentação para o Presidente da República.

Então, aqueles que dizem que está engessado, estão querendo achar uma maneira de fugir da responsabilidade que eles têm. Na hora de pedir voto nas últimas eleições, todo mundo queria tirar foto com o Presidente da República porque ele estava bem na pesquisa, hoje estão fugindo todos do Presidente porque ele está em baixa na pesquisa, está em baixa no seu Partido e com isso faz com que vejamos aí várias pessoas pulando fora da canoa.

Obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre Deputado Plauto e logo em seguida, concedo o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Só para registrar uma certa estranheza. Há Deputados que quando o nível de argumentação diz o seguinte: "Olha, é estratégico para o Paraná que a energia elétrica não fique nas mãos da iniciativa privada, para que possa desenvolver o Estado, para que possa promover o desenvolvimento das regiões, para que possa os pobres não precisarem, quando muitas vezes estiverem desempregados, não ter que pagar aquela tarifa mínima que vai retirar a luz, que vai retirar o abastecimento de energia para uma geladeira, para um ferro de passar, para uma televisão, que é uma prestação de serviço na sociedade moderna, tem uma bancada de Deputados que vêm defender que a iniciativa privada deve gerir, porque moderniza.

Estranhamente, esta mesma bancada, quando se trata da questão de mercado, de livre concorrência para os grandes industriais agrícolas do nosso País, vêm reivindicar exatamente que o Estado estatize os preços, que o Estado entre com subsídios, que o Estado garanta o preço, principalmente dos grandes produtores, porque aqui nesta Assembléia fecham os olhos e viram as costas sistematicamente para aquele pequeno produtor de feijão, que está sendo com o seu trator retirado da sua produção, por causa dos bancos. mas quando se trata de fazer o grande "lobby", para que as grandes dívidas do Banco do Brasil sejam perdoadas, parece-me que o discurso muda de cara e de feijão.

É preciso ter um pouquinho de coerência para que o Brasil vá para a frente. Se a gente quer que o Brasil vá para a frente, que ele tenha uma política de desenvolvimento econômico, que atinja desde o micro até o médio e o grande empresário desse País - esse tipo de procedimento só faz com que a situação do Governo Federal e a situação da política econômica do nosso País esteja no estado em que está.

Só para registrar: essa estranheza que tenho do comportamento político, da coerência de alguns parlamentares aqui da nossa Assembléia.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Edno Guimarães.

O Sr. Edno Guimarães

Queremos ceder a Vossa Excelência o Horário da Liderança do PFL.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço. e quero continuar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizendo que o momento é difícil para a agricultura, seja ela pequena, média ou grande.

Entendemos que a posição do maior partido de Oposição ao Governo, que é o PT, com a sua bancada já avalisando na comissão de vida. E, agora, numa posição, o Senhor Presidente, Deputado José Dirceu, quando disse que mesmo sendo diferenciadas as posições políticas, ideológicas, de pensamentos à frente da Nação brasileira, com referência à agricultura, distante do ilustre Deputado Ronaldo Caiado, nesse momento eles se somam, como somam-se todos aqueles que querem a redenção da agricultura da Nação.

O Governo Federal, infelizmente nas mãos de um Pratini de Moraes na agricultura, não tem a competência, a identificação e o discernimento e, principalmente, não tem a credibilidade de toda a agricultura nacional, pelas suas federações, pela Confederação da Agricultura, pelos produtores rurais, pelos sindicatos, não têm Pratini de Moraes.

E nessa manhã, quando no Palácio do Planalto, a imprensa divulgava a reunião com o Senhor Ministro e algumas lideranças do Congresso, para fazer um acerto final, para levar uma nova proposta, àquela que não foi aceita na primeira apresentação, por parte do líder do Governo - entendemos que o Paraná, através dos senhores representantes, que somos todos nós, somados à nossa bancada federal e aos nossos senadores, haveremos de dar uma mostra ao Presidente da República, de alguma coisa deve ser feita.

Deve ser feita, como o ilustre Deputado Plauto mencionava, produtor rural que é, o preço da saca do soja. Mas o insumo que vai na agricultura, ou seja, o adubo, a semente internacional, o pesticida, o herbicida, a cada mês sobem em um custo operacional e de custeio, como sobe também a cada mês e a cada ano o custo operacional do empréstimo bancário. E não acompanha aquele produto que é o fim pelo qual o pequeno, médio e grande agricultor paga o melhoramento da sua propriedade. Se ontem era necessário um número x de sacas de soja, para comprar um trator, uma colheitadeira, hoje esse x é multiplicado por uma, duas, três, quatro, cinco e até seis vezes mais, dando uma amostra de que alguma coisa está errada. O que está errado é a proteção que necessitamos para o pequeno, médio e grande agricultor continuarem a sua lavoura, a sua propriedade e para que não venham para a cidade, engrossando o que temos aqui ao nosso lado - aquele pequeno agricultor, que é banido de sua propriedade, que vende para o médio. Enquanto o médio se sustenta, engole o pequeno e logo em seguida o médio sucumbe o grande compra do médio, que já tinha comprado do pequeno e se torna numa grande propriedade, fazendo a cada dia a desonra da agricultura Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho hoje aqui para, na mesma direção do que foi dito aqui pelos Senhores Deputados, reiterar a inteira solidariedade do PMDB do Paraná, a esse movimento legítimo que é o movimento dos agricultores do Brasil que se encaminharam para Brasília e lá desde ontem, buscam através da agregação de todo o seu esforço dizer ao Governo Federal que do jeito que está não dá para ficar.

Não venho aqui, Senhor Presidente, dizer que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é o culpado por todos os problemas da agricultura desse País. Na verdade essa situação já vem de muitos anos. O problema do endividamento da agricultura brasileira é um problema seríssimo, e que chegou no fundo do poço. Ou se faz alguma coisa para resolver esse grave problema ou iremos ter dia após dia o esvaziamento do campo, o êxodo rural, iremos ter o Movimento dos Sem-Terra, o acampamento na frente do Palácio, a marcha dos Sem-Terras a Brasília, a ocupação das terras, se este problema não for estancado. O que me preocupa e o que preocupa o PMDB, Senhor Presidente, é a maneira, a focalização desse assunto, como a mídia nacional está sendo orientada a focalizar esse assunto de grave repercussão econômica para o Brasil e para o Paraná sobretudo. Assistindo os canais de televisão, vendo os jornais, percebe-se claramente a distorção dos fatos, está lá nas manchetes. “Chega em Brasília o manifesto dos empresários rurais”. Está escrito. “Os empresários rurais carimbaram um calote no erário público na ordem de 18 bilhões de reais”. Ora! é uma distorção, é uma maneira de fazer uma leitura neste problema malandro, para fazer com que sociedade brasileira analise este movimento, como se fosse um movimento de oportunistas. Temos que fazer uma leitura desse problema de duas formas. Existe sim, o produtor rural, que é o grande produtor, que representa 20% aproximadamente do contingente dos agricultores endividados. Mais 80% do contingente são dos agricultores pequenos, dos agricultores familiares. É em relação a esta gente que já não mais força possui, que queremos ser solidários. Não adianta dizermos aqui que concordamos com o que a imprensa tenta, induzida pelo Governo, porque acredito sim, que a indução da maneira como está dando a repercussão da matéria em relação a esse caminho da agricultura em Brasília, só é uma artimanha do Governo Federal para tentar desacreditar o objetivo que é a aprovação de uma lei no Congresso Nacional. Como disse muito bem o Deputado Augustinho Zucchi, que pleiteia não a anistia, mas um recálculo da dívida dos agricultores, que pleiteia na verdade a diminuição daquilo que foi colocado na dívida como juros abusivos. juros que tira a última gota de sangue do nosso produtor rural.

Não subo aqui, nem o PMDB tem essa pretensão de, demagogicamente, querer imputar aos atuais governantes desse País como se fossem os únicos responsáveis por esta situação. Ela vem há muitos anos a corroer a

esperança do nosso trabalhador, a corroer o sangue e o suor do nosso agricultor. Aachamos que o problema chegou na hora de ser resolvido. Inteligentemente o Congresso Nacional está debruçado, está analisando um projeto de lei que visa fazer justiça. Que visa fazer com que o setor agrícola se torne novamente uma força viva da nossa economia. Que visa dar condições ao nosso agricultor de produzir. Todos concordamos que o maior dos problemas da agricultura é o seu endividamento. O agricultor hoje não possui mais condições de produzir porque está endividado. Deve o trator, a plantação, o aviário, o arado, deve os implemento agrícolas. A agricultura está endividada. É preciso encontrar uma solução para esse endividamento. Esta solução o congresso Nacional está analisando, está buscando dar uma resposta com a aprovação desta lei que lá está tramitando.

Venho em nome do PMDB rebelde do Paraná porque nós, na eleição passada, já liderados pelo grande Senador Roberto Requião, já conhecedor do sistema neoliberal prevendo o fracasso que seria essa administração tanto estadual quanto federal, dissemos: “não vamos dar o nosso respaldo para que o Fernando Henrique Cardoso seja reeleito. “Mesmo não conseguindo colocar um candidato próprio para Presidente da República não aceitamos que o PMDB oficialmente apoiasse a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Juntamente com alguns outros Líderes do Brasil nos unimos em torno de uma candidatura que representasse uma mudança de filosofia deste sistema neo-liberal que entrega o País para o sistema internacional. Apoiamos a candidatura do Líder Sindical, Luiz Inácio da Silva.

Por isso que venho à tribuna, com a responsabilidade de um Deputado que vem da roça, da agricultura, que representa uma região de agricultores pequenos. Não venho com a preocupação e fazer discurso, mas venho aqui para dizer da solidariedade, do apoio, da veemência que o PMDB dá a esse movimento que toma conta de Brasília com 15 mil produtores. Não é um movimento dos empresários agrícolas, dos fazendeiros, dos grandes proprietários. É um movimento sim, da agricultura brasileira, da grande, agricultura brasileira, representada no pequeno produtor, que sofre, que geme, que sacode a poeira, para poder continuar na agricultura produzindo.

Por isso, Senhor Presidente, finalizo aqui as minhas palavras acreditando que o governo federal possa ter a sensibilidade para acolher a sugestão do Congresso Nacional, para reduzir a dívida do agricultor, reduzir em 40% que é o excesso de juros que o Governo Federal tem cobrado dos financiamentos agrícolas. Reduzindo esta dívida, repactuando o saldo devedor, com certeza a agricultura do Brasil terá um novo alento. A resposta será rápida e urgente, porque o agricultor dá resposta. Mesmo com chuva, com geada, com todas as intempéries possíveis, a agricultura dá a resposta, ela produz, ela coloca a comida na mesa, gera a riqueza neste país.

Por isso, o que se analisa no Congresso Nacional é a justiça que se faz à agricultura brasileira, e nós não

podemos concordar com o que insinua a mídia deste País, tentando desmoralizar esse movimento legítimo e justo, que busca salvar a agricultura do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente inscrito o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, no momento em que ocupo a tribuna no Grande Expediente, quero inicialmente agradecer em meu nome e tenho certeza, do Presidente em exercício, Deputado Nelson Justus, a delegação que foi a nós atribuída pelo presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, para que representássemos a Assembléia Legislativa do Paraná, no dia de ontem, em Brasília em uma das reuniões mais importantes que entendo ter acontecido na esfera política deste País, haja vista que o presidente da Câmara Federal reunisse com todos os presidentes de Assembléias Legislativas desse país, as 27 Assembléias Legislativas lá estavam representados através dos seus presidentes ou vice-Presidentes.

Por mais de três horas de reunião em sua residência oficial foi possível estabelecer uma série de entendimentos que visarão com certeza, o aprimoramento da relação entre o Parlamento Estadual e o Parlamento Federal. Até porque todos que lá estavam entenderam que se faz necessário esse relacionamento mais contente, próximo entre os Parlamentos Federal e Estadual. Até porque todas as discussões e as decisões que lá acontecem, fruto do debate da votação dos nossos Deputados Federais acabam tendo repercussão a nível das Assembléias Legislativas a nível dos estados.

Ajustou-se, portanto, que doravante estas reuniões acontecerão periodicamente de forma a permitir esse entendimento mais aprofundado.

Posteriormente, a esta reunião na casa do Presidente da Câmara Federal, também tinha por objetivo debater aspecto da Reforma Tributária, que tramita na Câmara Federal.

Foi também, oportuna a reunião que aconteceu a nível da Comissão da Reforma Tributária sobre a Presidência do Deputado Federal, Germano Rigotto, e tendo como relator o Deputado Mussa, do Piauí.

Foi naquela oportunidade também, que o nosso Presidente da UNALE, Deputado Miguel Martini se pronunciou dizendo da importância deste relacionamento, dizendo da importância daquele debate que esteve acontecendo no dia de ontem, em Brasília.

Nós que fomos lá na companhia do Deputado Nelson Justus, nosso 1º Vice-Presidente e que foi representando este Poder, tivemos a oportunidade de acompanhar, não só a explanação feita inicialmente pelo Presidente da Câmara Federal, de acompanhar não só a exposição feita pelo Deputado Federal Germano Rigotto,

pelo Deputado Federal Mussa Dêmis e pelo Deputado Estadual Miguel Martines. tivemos a oportunidade de acompanhar o debate ocorrido após a manifestação destas autoridades e conduzido por Presidentes de Assembléias, Deputados Estaduais de outros Estados brasileiros, e, a preocupação que levávamos aqui de Curitiba foi também a preocupação explicitada apresentada por Deputados de outros Estados, até porque o que acontecendo a nível de Câmara Federal e que pretendemos na seqüência em reuniões e debates que serão organizados pela Assembléia Legislativa através do nosso Presidente Anibal Khury, colocar com muito mais clareza e detalhamento aos Senhores Deputados. No dia de hoje queremos apenas fazer um alerta daquilo que está acontecendo.

O Governo Federal, através da proposta que tramita na Câmara Federal, pretende modificar toda a questão relativa ao ICMS.

Hoje o ICMS tem a sua legislação atribuída aos Estados e é desejo do governo Federal que após a reforma tributária tenhamos uma única lei para o ICMS neste País cabendo aos Estados a arrecadação e a fiscalização, mas teríamos uma única legislação para todo o território brasileiro com poucas margens para que os Estados pudessem dizer alguma coisa principalmente no que diz respeito às alíquotas que também seriam fixadas nacionalmente em ato praticado e votado pelo Senado Federal como também a questão da seletividade das alíquotas onde cada produto teria sua alíquota também estabelecida a nível federal.

Em alguns aspectos a seletividade se apresenta de forma positiva porque também impede a guerra fiscal. Em alguns aspectos a alíquota nacional também se apresenta positivamente porque evita a guerra fiscal, evita a competição muitas vezes injusta de um Estado para outro mas, o que estamos vendo é que se for aprovado da forma que está sendo proposto, as Assembléias Legislativas mais uma vez perderão capacidade de legislar, perderão a sua autonomia de legislar sobre assuntos tributários. E, nós que aqui, em muitas oportunidades vimos e ouvimos Deputados questionando a nossa total impossibilidade de legislar em assuntos como de trânsito e meio ambiente, vamos também ficar cerceados em legislar assuntos ligados à questão tributária e principalmente à questão ligada ao ICMS e as Câmaras de Vereadores no que diz respeito ao ISS que também será juntado ao ICMS de hoje para se transformar num único tributo legislado e disciplinado a nível federal e apenas arrecadado e fiscalizado a nível estadual.

Uma outra questão que chamou minha atenção e do Deputado Nelson Justus, foi a questão ligada à cobrança do ICMS. Hoje ele é cobrado no agente produtivo, no Estado em que é produzido com algumas particularidades como é o caso da imunidade tributária em cima da energia elétrica, do petróleo e derivados.

O Projeto de lei que tramita no Congresso Nacional prevê a cobrança do ICMS no destino, e o Paraná mais uma vez seria prejudicado porque se coloca na fed-

eração brasileira como um /Estado mais produtor do que consumidor e, teríamos mais prejuízos como tivemos na Lei Kandyr onde se desonerou de tributos e exportação de produtos primários e semi-elaborados e a compensação atribuída às perdas que teve o Paraná não compensou por inteiro os prejuízos do Paraná, como aconteceu também no caso da energia elétrica, onde o Paraná perdeu significativamente receita ao se instituir a imunidade tributária na comercialização da energia para um estado com outro e a compensação vinda através dos royalties também não compensou as perdas que o Paraná vem tendo na questão do ICMS da energia elétrica que não é pago ao Estado do Paraná. Estas questões nos causam preocupação. A cobrança do ICMS no destino e não na fonte produtora, a modificação da legislação toda do ICMS restrita à mão da Câmara Federal, do Congresso Nacional e não mais às Assembléias Legislativas e as compensações que são feitas hoje que já não correspondem à realidade das perdas que cada um de nós temos.

O Sr. Geraldo Cartário

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Primeiramente meus cumprimentos pela dedicação que V.Exa. vem tendo junto a outras Assembléias Legislativas no intuito de preservar a qualidade do nosso trabalhador porque a reforma tributária visa precisamente isto. V.Exa. que ainda no seu currículo falta o cargo de Prefeito, V.Exa. está apto pelo que estou ouvindo, a exercer o mandato de prefeito de Ivaiporã ou qualquer outra comunidade, outro município porque V.Exa. realmente está sendo estudioso da matéria da distribuição do ICMS. Aqui nesta Assembléia nós temos diversos que foram prefeitos, foram vice-prefeitos, e sabem o quanto dói numa administração a má distribuição dos recursos públicos.

Vamos, por exemplo, fazer uma comparação aqui: o Município de Araucária tem aproximadamente cem mil pessoas, a Fazenda Rio Grande tem 60 mil pessoas, Araucária recebe por mês aproximadamente seis milhões de ICMS, enquanto a Fazenda Rio Grande que tem 60 mil pessoas, consumidores, recebe apenas 100 mil reais.

Desta forma, meu prezado companheiro Pessuti, é impossível a qualquer Deputado, analisar uma administração pública, sem saber o quanto entra na verdade nos cofres municipais, visto que cem mil pessoas em Araucária são consumidores. Compram tudo, vão no supermercado, compram todos os produtos e na Fazenda Rio Grande são 60 mil consumidores. O dinheiro que ficou na caixa do supermercado e outros segmentos é exatamente o mesmo de Araucária, com a diferença de 60 para cem mil habitantes. Logicamente que não tem condições de administrar, de oferecer à população o transporte, a saúde, a segurança, enfim, tudo o que o povo merece e precisa porque pagou imposto. Da mesma forma aqui tem representante de Londrina e Maringá, Foz do Iguaçu tem uma receita de ICMS superior a Londrina e Maringá, segundo dados divulgados.

Então, não é possível, logicamente, que 500 mil cidadãos de Londrina e Maringá tenham o retorno do imposto pago inferior à população de Foz do Iguaçu.

Por isso que é louvável, quero cumprimentar o Presidente da Assembléia por designar V.Exa. e o Deputado Nelson Justus para fazer parte a nível nacional dos debates da reforma tributária que é a única forma de se resolver o problema dos nossos municípios e principalmente do Estado.

Ao encerrar gostaria de cumprimentar o Nelson Justus, hoje presidindo a Sessão aqui, porque graças aos avanços industriais do Paraná, meu amigo Pessuti, graças aos avanços, essas vantagens oferecidas pelo atual Governo Jaime Lerner, é que hoje o Paraná está a exemplo do que aconteceu em Araucária, está se posicionando a nível do contexto nacional, porque até agora os nossos produtos que só eram produzidos no Paraná, não eram computados, como vai ser computado para efeito de receita as montadoras, as indústrias que estão se instalando no Paraná.

Então, logicamente, este é o grito dos paulistas de São Paulo que não aceitam em hipótese alguma vantagem oferecida por outros Estados para que São Paulo continue sendo o único a se apoderar dos valores agregados que é pela produção feita naquele Estado e nos Municípios, tanto é que até há pouco tempo atrás São Bernardo e São Caetano, que é o ABC de São Paulo, tinham maior riqueza do que todo o outro interior de São Paulo, inclusive mais do que o Estado do Paraná por causa do fato do produto gerado naquele município, naquela região do ABC. Sinceramente, se a Fazenda Rio Grande recebesse de acordo com o número de habitantes, pelo número de consumidores, eu seria candidato a Prefeito na última eleição, mas eu não vejo perspectiva alguma de ser prefeito em qualquer município desses que entra só com o consumo, com o pagamento comprado no supermercado, porque é impossível você ser um bom Prefeito porque não há realmente como você fazer frente a esse desafio.

Por isso, meus cumprimentos a Vossa Excelência pela preocupação da distribuição melhor de renda dos impostos pagos e meus cumprimentos ao Deputado, hoje Presidente da Assembléia, Nelson Justus, e ao Governo do Estado que realmente está industrializando o Paraná para sairmos dessa miséria com respeito a imposto.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Geraldo Cartário, na exemplificação que Vossa Excelência faz no caso de Araucária realmente nos leva a imaginar a necessidade já defendida nesta Assembléia por Deputados do Bloco Municipalista na gestão passada, na gestão anterior, desde que estou aqui, de fevereiro de 83 até hoje, já presenciei dezenas de Parlamentares defendendo essa tese, principalmente nas reuniões que tivemos aqui com Prefeitos Municipais sob a batuta da Associação dos Municípios do Paraná, e que

levava justamente essa questão, onde hoje 75% dos valores destinados a um município a título de repasse de ICMS é em função do valor sem adicionado. E apenas 25% que em cima de valores variáveis, população, produção agropecuária, ICMS ecológico. Quer dizer, o ideal, e o reivindicado pelos Prefeitos, Vossa Excelência se lembra disso, porque também participava, na condição de Prefeito, das reivindicações, é que tivéssemos esta definição do índice de ICMS com uma margem maior para se legislar. O Deputado Silvestri já se manifestou nesta Casa em algumas sobre isso aonde a gente tivesse pelo menos, vamos dizer, 50% do índice seria definido em função do valor adicionado e os outros 50% em cima de valores variáveis, de fatores variáveis para que a gente pudesse ter uma repartição, uma destinação mais correta do ICMS. Agora, Vossa Excelência mexe na questão por exemplo das montadoras do Paraná até então não era um Estado produtor de automóveis, tinha produção na área de máquinas e implementos agrícolas, mas com as três montadoras aqui instaladas o Paraná certamente produzirá uma quantia significativa de veículos automotores que serão comercializados com outros Estados, serão vendidos em outros Estados da Federação. E aí que está a preocupação não só do Estado, mas acredito eu também das próprias montadoras que tiveram um benefício fiscal no Estado do Paraná, a dilação de prazo para recolher ICMS, e que a partir do momento em que o ICMS for cobrado no destino eles perdem esse benefício, quer dizer, as montadoras já devem estar com o cabelo arrepiado porque amanhã tem que vender um Golf produzido em São José dos Pinhais, uma Dakota produzida em Campo Largo, ou um Scénic produzido em São José dos Pinhais que venha a ser vendido em Santa Catarina, chegou lá, vendeu tem que pagar o ICMS porque lá ele não tem o benefício fiscal que tem aqui que é a dilação de prazo do ICMS, como também o próprio Estado que deu esse incentivo fiscal imaginando que a permanência dessa montadora aqui no Estado ao longo do tempo compensaria os investimentos que o Estado fez a título de empréstimo, doação de terreno, energia mais barata. Quer dizer, o Estado também não se ressarcirá no futuro desses investimentos diretos e indiretos que fez porque o Estado não arrecadará o ICMS do veículo produzido aqui, porque ele foi produzido aqui em cima de uma política de incentivos, mas comercializado em outro Estado.

Essa questão é preocupante. É necessário que os Senhores Deputados procurem conhecer um pouquinho mais isso. Que conversem com os seus parceiros federais, com os seus Prefeitos, porque mexe no ISS, no IVV, com o Imposto Territorial Rural, com toda essa questão ligada aos tributos do País. E mexe pesadamente no ICMS. Temos que ficar atentos a isso.

Uma nova rodada de conversações envolvendo a região Sul e essa não restrita apenas aos presidentes de assembléia, mas a todos os deputados, deverá acontecer na semana vindoura, em Porto Alegre. Iremos avisar e

convidar a todos os Deputados para que acompanhem a nós e ao Deputado Nelson Justus, nessa viagem a Porto Alegre. No dia 27, em Manaus, uma nova rodada de conversação, com o Presidente Michel Temer, com o Deputado Germano Rigoto e o Deputado Mussa Demis e com os Presidentes de Assembléias Legislativas de todo o Brasil, que até lá já terão tomado conhecimento dessa proposta, desse pré-projeto elaborado pelo Mussa Demis e que farão, certamente, as considerações alusivas a cada Estado.

Hoje, ainda, Deputado Nelson Justus, nós, mais o Dr. Lauri, que nos acompanhou e o Dr. Rafael De Lala, estivemos com o Presidente Anibal Khury, sugerindo que nessa semana ou na semana que vem pudéssemos reunir, aqui, na Assembléia, todas as federações, do Estado do Paraná, as instituições representativas do setor industrial, comercial, prestador de serviço e produtivo rural, que pudéssemos reunir os representantes do Governo, para que pudéssemos ter um discurso afinado e ajustado com a realidade do Estado do Paraná às suas necessidades e as dos municípios.

Devemos durante essa semana e a que vem, conversar mais e nos aprofundar mais nessas questões, para que na reunião do Rio Grande do Sul e de Manaus, possamos levar lá a manifestação do Estado do Paraná, dos 399 municípios paranaenses.

Era isso, Deputado Nelson Justus.

Muito obrigado pela oportunidade que nos deu, em nosso nome e em nome de Vossa Excelência a cerca da representação que exercemos no dia de ontem da Assembléia Legislativa em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças: PSDB; PSB; Liderança do Governo.

(**Declinam**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Esta Presidência anuncia a reunião da Comissão dos Direitos Humanos, amanhã, às dez horas, a pedido do Deputado Pastor Edson, na Sala das Comissões.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoioimento do Senhor Deputado

Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 320/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a API Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro na Cidade de Toledo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 320/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Apicultores de Toledo - API Toledo, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 321/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação da Renovação Carismática de Curitiba - ARCC, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99).**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade

Pública a Fundação Lions Clube de Curitiba - Centro, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flor da Serra, com sede e foro no Município de Realeza / PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Desembargador Lauro Lima Lopes, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - Aprovada.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - Aprovada.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública no Estado do Paraná, a Associação de Apoio ao Dependente de Álcool e outras Drogas - ADAD, com sede e foro no Município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que altera a redação da Resolução nº 017/93, autorizando a realização de plebiscito para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, através de desmembramento de parte territorial do Município de Sengés. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1761, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1762, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1765 e 1789-A, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1766, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1767, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1770, de autoria da Senhora Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1782, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1783, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1785, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1786, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1787, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1776 a 1781, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1775, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1774, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 003/98 e 003/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 329 e 334/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 365 e 366/99.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 349 e 364/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 365 e 366/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 350, 376, 382, 392 e 397/99.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 1ª ATA EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Durval Amaral, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Hermes da Fonseca, Antonio Belinati, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Beto Richa, Moysés Leônidas, Cesar Seleme e mais os Deputados Orlando Pessuti, Valdir Rossoni, Ademir Bier, Ademar Luiz Traiano, Edson Strapasson e José Maria Ferreira. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 338/99 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer favorável do Deputado Basílio Zanusso, na forma da emenda substitutiva geral - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 346/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes da Fonseca, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura; 03) Projeto de Lei nº 189/99 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer favorável do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei

nº 265/99 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 353/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Antonio Belinati, Carlos Simões, Beto Richa, Algaci Tulio, Cesar Seleme e mais o Deputado Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 154/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 399/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 332/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 223/99 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO às emendas nº 1 e 2 e favorável à emenda nº 3, do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do Deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati, na forma da emenda do Substitutivo anexo - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 397/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 322/99, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 392/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 356/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 382/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 307/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de lei nº 378/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

tado Cesar Seleme - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária